

As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista

The Vicissitudes of a Concept: in search of an aesthetic and antiessentialist concept of gender

Maria Lúcia Chaves Lima
Ricardo Pimentel Mélo

Resumo: este trabalho tem como objetivo problematizar a noção de gênero que circula na atualidade. Para tanto, percorrem-se algumas produções bibliográficas sobre a criação de tal conceito no movimento feminista, sua inserção no debate acadêmico, assim como, busca-se indicar contornos que a noção teve (e continua tendo) dentro das chamadas Ciências Humanas e Sociais. Faz-se o trajeto desde uma concepção de gênero atrelada a uma perspectiva identitária e binária até a compreensão de gênero como uma relação de poder fluída, efeito de práticas sociais que possibilitam variadas maneiras de se relacionar consigo. Compreendida assim, a noção de gênero se configura como uma forma de resistência ao negar a substância de verdade de qualquer que seja a estética de existência.
Palavras-chave: gênero, antiessencialismo, estética, existência.

Abstract: this paper problematizes the notion of gender currently circulating. Such problematization required a bibliographical review on the rise of the concept of gender within the feminist movement, its insertion in the academic debate, and an examination of how the concept has evolved in the human and social sciences. The paper discusses concepts of gender from an identity and binary perspective to a fluid power relationship one. This evolution is due to social practices that have given rise to different ways a person has to relate to themselves. Thus, understanding gender as a fluid concept assigns it a resistance dimension since it denies the substance of truth of any aesthetics of existence.

Keywords: gender, antiessentialism, aesthetics, existence.

Maria Lúcia Chaves Lima é Doutoranda em Psicologia Social (Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém /PA/ Brasil.

E-mail: marialuciacl@gmail.com.

Ricardo Pimentel Mélo é Doutor em Psicologia Social (Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/ CE /Brasil.

E-mail: ricardo_pm@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

... “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (Joan Scott, 1995, p. 76).

Este trabalho problematiza a noção de gênero que circula no contemporâneo. Para contemplar esse objetivo, consultamos algumas produções bibliográficas sobre a criação de tal conceito no movimento feminista e sua inserção no debate acadêmico, buscando os contornos que a noção teve (e continua tendo) dentro das chamadas Ciências Humanas.

Em um primeiro momento, pode-se pensar, principalmente para aqueles/as familiarizados/as com a noção de gênero, que este não é um tema novo, tendo em vista que cada vez mais as teorizações sobre gênero tomam a cena nos debates e trabalhos acadêmicos. Porém, essa mesma recorrência produz algumas divergências conceituais sobre essa noção e, conseqüentemente, efeitos políticos diversos. Portanto, a sistematização da noção de gênero, a nosso ver tão importante quanto controversa, deve ser alvo de novas e insistentes problematizações.

1. Gênero: do biológico ao social

A noção de gênero surgiu nos movimentos sociais e no meio acadêmico a partir da década de 1960 com o intuito de sobrepujar a noção de sexo, uma vez que esta palavra era tradicionalmente articulada como conceito biológico. O objetivo era inserir a discussão sobre o caráter cultural e socialmente construído das chamadas “identidades sexuais”. Desta forma, a noção de gênero veio opor-se ao determinismo anatômico em nossas relações, atribuindo-lhes, agora, um caráter “prioritariamente social”.

O conceito de gênero é uma construção sociológica relativamente recente, respondendo à necessidade de diferenciar o sexo biológico de sua tradução social em papéis sociais e expectativas de comportamentos femininos e masculinos, tradução esta demarcada pelas relações de poder entre homens e mulheres vigentes na sociedade. Embora biologicamente fundamentado, gênero é uma categoria relacional que aponta papéis e relações socialmente construídas entre homens e mulheres (PENA; CORREIA, 2003, p. 37).

O novo conceito rapidamente ganhou grande aceitação no discurso científico, passando a integrar, porém não de modo consensual, os referenciais teóricos de várias áreas do conhecimento. Scott (1995), em um texto bastante difundido no Brasil, comenta que houve uma substituição do termo “mulher” por “gênero” em muitos estudos científicos principalmente a partir da década de 1980, ainda que muitas vezes utilizados como sinônimos. Segundo a autora, o termo dava uma conotação “mais objetiva e neutra” em relação ao termo anterior, no sentido de se dissociar da política feminista e ser mais coerente com a terminologia científica. Dessa forma, o termo gênero “inclui as mulheres sem lhes nomear, e assim não constitui uma ameaça” (SCOTT, 1995, p. 75). Em síntese, pode-se afirmar que o uso da noção de gênero, entre outras coisas, veio dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas.

A autora sinaliza que não é uma coincidência o fato de que as feministas tenham começado a empregar o termo gênero em um momento de efervescência epistemológica, ou seja, em um período de debates sobre uma mudança no modelo científico hegemônico vigente. Nas palavras da autora: “essa mudança toma forma entre aqueles/as que afirmam a transparência dos fatos e aqueles/as que enfatizam a ideia de que toda realidade é interpretada ou construída” (SCOTT, 1995, p. 75).

Louro (1995), ao comentar o estudo de Scott (1995), diz que não se pode ignorar a contemporaneidade dos movimentos

feministas e pós-estruturalistas. Esses dois movimentos, apesar dos vários pontos de rupturas entre si, propõem algumas críticas semelhantes, principalmente as direcionadas às teorias científicas universais, ou seja, àquelas cuja pretensão é abarcar e entender a sociedade como um todo.

Além dessa crítica ao universalismo, no cerne do pensamento pós-estruturalista, está a rejeição aos usos da linguagem que a consideram passível de representar a realidade. Ao contrário, a linguagem é produtora de realidades, assim como dos próprios “sujeitos” que pretendem “acessá-la”. O pós-estruturalismo enfatiza “as práticas discursivas, a descentração do sujeito, a rejeição das causas únicas, a ideia de um poder ‘capilar’ que está infiltrado e fluido no tecido social, a consideração da diversidade e pluralidade, a recusa das grandes narrativas etc.” (LOURO, 1995, p. 111). Algumas vertentes do movimento feminista apoiam-se nessa perspectiva na tentativa de desnaturalizar a oposição binária entre homens e mulheres, muitas vezes entendida como natural e imutável.

Porém, a autora adverte que esse encontro entre o feminismo e o pós-estruturalismo não foi (e continua não sendo) uma convivência tranquila, uma vez que vários ramos do feminismo estavam embasados em uma perspectiva de identidade, segundo a qual concebia a categoria “mulher” como única e universal, historicamente oprimida pela sociedade patriarcal. Com efeito, o pensamento pós-estrutural poderia ser um elemento que levaria ao enfraquecimento das reivindicações das mulheres, uma vez que ia de encontro à ideia de uma homogeneidade e fixidez do que seriam as mulheres; ou seja, era contrário à noção de “identidade” (seja feminina ou masculina).

Acreditamos que um aspecto central do desenvolvimento da noção de gênero é o conceito de identidade. Percebemos, por exemplo, uma íntima relação entre a teorização sobre as várias

noções de identidade presentes na modernidade elaboradas por Hall (2005), e as abordagens que versam sobre a noção de gênero sistematizada por Nogueira (2001). É importante ressaltar que podemos entender tanto a noção de gênero quanto a de identidade se referindo a modos de viver e por isso estabelecemos certa crítica a eles.

O conceito de identidade, difundido pela modernidade, é tradicionalmente concebido como essência, forma fixa, imutável. Essa noção está alicerçada na ideia de ser humano como indivíduo (indivisível), centrado, unificado, dotado de razão e que deve explicações à sua coerência interna. Noções como o “eu pensante” cartesiano ou o “eu do conhecimento” kantiano foram fundamentais para que se firmasse a ideia de que o sujeito é uma entidade dada, uma propriedade da condição humana, um agente que ocupa o centro da cena social. A essa concepção de sujeito, Hall (2005) chama de “sujeito do Iluminismo”.

Conforme Hall (2005), a identidade neste caso é o centro do “eu”: está ligada à soberania do sujeito em razão de considerá-lo absoluto, totalizado, autônomo e autossuficiente. Assim, a identidade foi “psicologizada” e entendida como sendo constituída em um núcleo interior que se encontra “no” indivíduo desde o nascimento e pode sofrer algumas alterações ao longo da vida, mas em síntese, permanece a mesma: contínua e idêntica a si¹.

Coerente com essa concepção de sujeito constituída em/por uma identidade, uma primeira formulação da noção de gênero defendia a existência de diferenças inatas entre homens e mulheres, tornando-os fixos e imutáveis. Segundo Nogueira (2001), essa forma de abordar gênero, denominada pela autora de “essencialista”, prevaleceu na comunidade acadêmica científica na primeira metade do século XX. Percebe-se que não havia distinção

¹ Ver as problematizações feitas por Silva e Mélo (2011) em relação à Psicologia --aliás, não são poucas vezes em que se deseja ou advoga (com a ajuda de certa Psicologia) essa permanência como sinal de sanidade, saúde etc.

entre sexo e gênero, posto que gênero era conceituado como “uma propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual, tendo um caráter eminentemente determinista” (NOGUEIRA, 2001, p. 140).

Porém, a ideia de uma identidade natural e inata deu espaço à outra maneira de entender o ser humano: de autônoma e autossuficiente, a identidade passou a ser compreendida como sendo formada nas relações estabelecidas com as outras pessoas. É o que Hall (2005) designa de “sujeito sociológico”. Neste caso, as características “internas” das pessoas (o que se convencionou chamar de “psicológico”) deixam de se constituir como espaço privado e intransferível para ser alojadas no espaço público, caracterizado como espaço de interação com os outros. Desta forma, o ser humano, antes entendido como “ser psicológico”, passa a configurar-se como um “ser social” (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001). De acordo com essa perspectiva a identidade constitui-se nas influências externas, e o interior, (o “psicológico”), configura-se no efeito que sobre ele exerce o espaço social.

Desenvolveu-se, então, uma abordagem sociológica para tratar a temática do gênero, a qual foi largamente aceita entre as ciências humanas e sociais nos anos de 1960 e 1970, provocando um importante deslocamento da ênfase relativa ao gênero: da biologia para a socialização. Como aponta Nogueira (2001, p. 140): “gênero passa a ser concebido, não como inato, mas como o resultado de forças sociais e culturais, aprendido por intermédio dos processos de modelagem e imitação”.

A masculinidade e a feminilidade, nessa perspectiva, em vez de consideradas atributos inatos das pessoas, são referidas como características aprendidas durante o processo de socialização. Assim, a dicotomia homem/mulher passou a ser compreendida com base em definições de características adequadas aos homens e às mulheres advindas da inserção das pessoas em culturas específicas.

Por exemplo: as mulheres são ensinadas a serem femininas: sensíveis, carinhosas, delicadas, submissas; aos homens, é exigida a manutenção de sua masculinidade (dominadores, ativos, agressivos).

No entanto, apesar da significativa contribuição que a abordagem da socialização trouxe para a discussão sobre a noção de gênero – como a ênfase na possibilidade de mudança e a ruptura com a noção do sexo biológico – ela não ficou a salvo de críticas. Uma delas é a de que tal noção continua a manter o dualismo convencional, definindo previamente o que é ser feminino e masculino. Outra crítica versa sobre seu caráter prescritivo, na medida em que estabelece dois conjuntos de características, sendo um apropriado para os homens e outro para as mulheres, definindo gênero em termos de diferenças dicotômicas (NOGUEIRA, 2001).

Com base nas críticas dirigidas tanto ao “sujeito iluminista” (unificado e soberano) quanto ao “sujeito sociológico” da modernidade (que guarda uma essência, mas interage com a cultura), começa a se desenhar um conceito de identidade descentrada, despojada de uma fixidez permanente, caracterizado por Hall (2005) como “sujeito pós-moderno”. Este possui uma identidade móvel, que é formada e transformada no percurso das múltiplas interações que o rodeiam. Nesse sentido, advoga o autor que assumimos diferentes identidades em variados momentos, as quais não são organizadas em torno de um “eu” coerente. De acordo com Hall, em função de uma postura pós-moderna, passamos a concepção de que uma “identidade” coerente é fantasiosa: “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2005, p. 13).

Em consonância com a concepção de sujeito pós-moderno especificada por Hall (2005), emerge uma terceira possibilidade de abordar a noção de gênero, que provoca uma efetiva transformação na tradicional dicotomia: a “pós-moderna” (NOGUEIRA, 2001) ou

“pós-estruturalista” (LOURO, 1995). Gênero, nesta perspectiva, é compreendido como construído em processo, inserido nos sistemas histórico, social e político, do qual não pode ser retirado e nem estudado de forma independente.

A novidade dessa concepção é a negação de qualquer essência que defina o que a pessoa é. Diferentemente da abordagem da socialização – em que se alega a existência de um “interior psicológico” que apenas recebe sua forma por meio do aprendizado social – a “pós-moderna” tem uma postura antiessencialista, uma vez que não admite algo predeterminado nas pessoas, ou seja, não reconhece a existência de uma realidade única:

A postura antiessencialista presume que as pessoas e o mundo não possuem uma natureza determinada, mas são constituídos nas práticas sociais. Dessa forma, não é possível conceber a realidade existindo independente do conhecimento que se produz sobre ela – antirrealismo –, mas como sendo configurada num emaranhado de versões construídas coletivamente, permitindo uma atitude relativista (MÉLLO, et.al., 2007, p.27).

Tal abordagem antiessencialista abre possibilidades para o surgimento de outras teorizações sobre a noção de gênero. Um exemplo disso são os chamados estudos *queer*. Essa outra forma de compreender a vida humana está articulada à produção de um grupo de intelectuais que, nos anos de 1990, questionaram, de forma radical, as categorias de gênero. Com efeito, os estudos *queer* são fruto de vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, em especial a obra de Michel Foucault e de Jaques Derrida, os quais ao longo do século XX problematizaram noções clássicas de sujeito, identidade, entre outras.

O termo *queer* é uma forma pejorativa de denominar pessoas homossexuais nos Estados Unidos. É comumente traduzido para

o português por estranho, ridículo, excêntrico, raro ou extraordinário (LOURO, 2001)². Configura-se de forma mais ampla como um movimento político pós-identitário que critica as identidades binárias de gênero, tais como homem/mulher e homo/heterossexual, compreendidas como regimes de saber-poder que moldam e ordenam as relações sociais.

² Para se compreender o teor de insulto que possui o termo na língua original, “estudos queer” seria traduzido para português por “estudos veado” ou “estudos sapatão”.

2. Por uma Concepção Antiessencialista de Gênero

Em sua *História da sexualidade*, Michel Foucault (2003a) se opõe a qualquer possibilidade de naturalização do termo sexualidade, afirmando que os chamados desejos sexuais são constituídos no curso de práticas sociais específicas, determinadas historicamente e sem entidades biológicas pré-existentes. Os estudos foucaultianos ressaltam os aspectos que possibilitam a organização social do sexo no Ocidente, na forma como o conhecemos e, portanto, dissolve visões essencialistas que entendem a sexualidade biologicamente.

No cabe duda de que gran parte del antiesencialismo que caracteriza a las nuevas sociologías del conocimiento está inspirado en la prevención foucaultiana respecto de supuestas entidades naturales que las ciencias toman como objetos de estudio preexistentes (VITORES; DOMÈNECH, 2007, p. 3).

Scott (1995), apoiando-se em formulações de Foucault, define gênero como uma forma primária por meio da qual o poder é articulado, sendo um elemento constitutivo das relações sociais a partir de diferenças construídas entre os sexos. A autora adverte, porém, que gênero não é o único campo de viabilidade do poder, mas, sem dúvida, é “uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder [...] nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (SCOTT, 1995, p. 88). Gênero tem o poder de efetuar-se em modos

de viver: “na prática o que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é em si um dos primeiros efeitos do poder” (FOUCAULT 1979, p.183).

É importante esclarecer que, para Foucault (2003b), o poder não possui uma natureza ou essência passível de ser definida por suas características universais. Não é algo unitário e global, mas sim, apresenta-se em formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. O poder é uma prática social e, como tal, construída historicamente, constituída por redes de dispositivos. Portanto, poder não é algo que se detém como uma coisa, mas que se exerce, que efetua, que funciona, ou seja, o poder não é um objeto, mas é uma relação (MACHADO, 2000).

A noção de poder é interessante para a nossa discussão, pois com ela podemos entender que gênero não é nem resultado de uma disposição inata nem de uma imposição da sociedade. Louro (1995) apresenta duas objeções a essa ideia de imposição social. A primeira diz respeito ao fato de que nela está implícita a concepção de que a sociedade é homogênea e constante na sua suposta totalidade, como se transmitisse um único sistema de significação às pessoas. A segunda se relaciona ao fato de que aceitar esse discurso de imposição da sociedade implica a ideia de que as pessoas aceitam passivamente tal imposição. Na concepção da autora, todo conhecimento compartilhado socialmente não é simplesmente interiorizado sem que as pessoas participem desse processo, seja aceitando, contestando, adaptando-se a ele etc. Ou seja:

a visão foucaultiana lembra que as relações de poder são sempre ‘tensas’ e que mais se assemelhariam a uma ‘batalha perpétua’ do que a ‘uma conquista’, remetendo portanto mais a processos, a práticas cotidianas do que a eventos acabados (LOURO, 1995, p. 120).

Dessa forma, o trabalho de Scott (1995), assim como o comentário de Louro (1995), mostram-nos o quanto gênero está

relacionado à noção de poder foucaultiana, na medida em que esta noção é fundamental para a organização da vida social. Nesse sentido, ser homem ou ser mulher sugere “estar no mundo de modos diferentes” (LOURO, 1995, p. 106). Assim, talvez o adequado não seja simplesmente dizer que gênero esteja relacionado à noção de poder, mas sim que gênero é fundado nesta relação: gênero deve ser concebido como uma relação de poder e não uma posição fixa atribuída às pessoas.

E ainda ressaltamos que ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida. Isso também nos coloca um aspecto que devemos levar em consideração em nossas pesquisas, a saber, que não é possível analisar a vida humana sem singularizá-las: “A prática de si identifica-se e incorpora-se com a própria arte de viver [...] Arte de viver, arte de si mesmo [...] tornam-se idênticas ou pelo menos tendem a sê-lo” (FOUCAULT, 2004, p. 253). Assim, como dissemos, as vidas são singulares, sendo as nossas práticas de viver, ao mesmo tempo, a arte de viver. Uma arte que se inventa a cada momento que a produzimos.

Portanto, deveríamos deixar uma espécie de concepção jurídica do conceito de gênero, como se fosse determinado por uma ideologia (machista) que se impõem, para pensá-lo como um conjunto de técnicas que remetem a uma estética de viver. Isso tem implicações importantes em nossos estudos e pesquisas, como veremos adiante. Por hora precisamos compreender que essa nova postura pressupõe uma crítica ao essencialismo e a pressuposição de uma identidade sexual ou de gênero.

Judith Butler (2003) também faz importantes considerações acerca das noções de gênero em sua análise em torno da produção

de “identidades sexuais”. Também nos rastros de Foucault – apesar da formulação independente e distinta da apresentada por Scott (1995) – Butler assume uma postura antiessencialista, já que nega tanto o caráter natural da “identidade”, quanto o fixo e imutável. Ou seja, “identidade”, assim como a noção de gênero, é fruto de construções e, portanto, processos abertos a constantes e diversificadas transformações e redefinições.

Para a filósofa, a distinção sexo/gênero, surgida para questionar a soberania do caráter biológico na formação dos modos de ser das pessoas, não é uma simples consequência biológica (supostamente pré-determinado pela “natureza”). Sendo assim, “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p. 24).

Butler (2003) subverte o conceito de gênero no qual está alicerçada grande parte da teoria feminista, questionando, inclusive, se a noção de “mulher”, adotada por esse movimento como uma categoria pela qual se reivindicam certos direitos, não seria uma forma de regulação das próprias relações de gênero que o feminismo repudia. A noção do gênero “mulher”, mesmo utilizada no plural, “mulheres”, remete a uma unidade, como se denotasse uma “identidade” comum entre as pré-supostas “mulheres”. Diz a autora: “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

O que se coloca em pauta no percurso teórico-político de Butler (2003) é a desnaturalização da dicotomia que postula o sexo como natural e o gênero como cultural, uma vez que a autora afirma que a própria concepção de sexo é um efeito de construções culturais ao longo do tempo.

A pesquisa de Laqueur (2001) ilustra a controvérsia em torno da suposta naturalidade do sexo em oposição ao caráter cultural do gênero, pois demonstra que houve uma variação histórica na forma

de descrever o sexo no pensamento médico, filosófico e político³. Segundo o historiador, até o século XVIII o que imperava na Europa era o modelo do sexo único. Esse modelo, inspirado na filosofia de Galeno (129-200 d.C.), descrevia o corpo da mulher como idêntico ao do homem, porém invertido. De acordo com a anatomia Renascentista, a mulher possuía os mesmos órgãos sexuais que o homem, mas voltados para dentro: os ovários e a vagina das mulheres eram o negativo imperfeito do pênis e dos testículos dos homens. Neste caso, a diferença entre homens e mulheres estaria na externalização dos órgãos sexuais.

³ Mélo (2012) faz uma discussão mais detida sobre essas variações históricas, relacionando-as às concepções de corpo.

A mulher assim constituída era reconhecida como um “homem invertido” e também inferior. Era um homem imperfeito, pois lhe faltava o calor vital necessário para evolução do seu corpo à perfeição. Dessa forma, ser homem ou mulher não era uma diferença de qualidade entre seres da mesma espécie, como se entende na atualidade, mas sim, uma diferença de graus de perfeição entre tais seres. Nessa perspectiva, se o ser humano é o animal mais perfeito, o homem é mais perfeito que a mulher (LAQUEUR, 2001).

Esse modelo de sexo único iniciou com Galeno e foi aceito até o século XVIII, sobrevivendo, portanto, cerca de um milênio, resistindo a todas as transformações sociais ocorridas. Isso pode ser explicado pela coerência entre esse modelo científico do sexo e a visão de mundo predominante na Idade Média: se a medida de todas as coisas era Deus, o homem era a medida das coisas na Terra (SPINK, 2004).

No final do século XVIII, modifica-se essa maneira de descrever os sexos. A biologia surge como justificativa para as desigualdades entre mulheres e homens: a mulher deixa de ser vista como imperfeita, do ponto de vista ontológico, e aparece como diferente, do ponto de vista biológico. Assim, a partir do

século XVIII, a teoria da dimorfia sexual passa a ser hegemônica, sendo a distinção entre os dois sexos explicada por propriedades consideradas “naturais”, específicas de cada sexo.

Para Freire Costa (2001), o trabalho de Laqueur provoca uma profunda alteração na discussão sobre sexo e gênero, pois fica inviável continuar a se referir ao sexo como natural e, ao gênero, como socialmente construído. Para o autor, Laqueur mostrou que as noções de “diferença biológica de sexo” e “diferença cultural de gêneros” são ideias informadas por crenças de uma determinada época: científicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. Portanto, sexo e gênero são noções construídas e transformadas em relações de poder nos processos sociais. Um ponto importante da pesquisa de Laqueur, segundo Freire Costa (2001, p. 01) “é o de convencer de que a obsessão por ‘sexo e gênero’ é irrelevante para reconhecer diferenças entre homens e mulheres ou julgar, do ponto vista ético, os melhores e os piores”.

Parece apropriado evocar novamente Butler (2003), pois suas análises em torno da distinção entre sexo e gênero caminham no sentido de libertar a noção de sexo daquilo que ela denomina, fazendo referência ao filósofo Nietzsche, de “metafísica da substância”. Ou seja, a autora critica a forma de entender o sexo como algo substantivo, portador de características essenciais e idênticas a si. Assim, sexo e gênero não “revelam” ou “representam” uma ordem verdadeira das coisas, não devem ser remetidos, a nenhuma substância constitutiva do ser humano.

A autora parte, então, para uma concepção performática de gênero, afirmando que é a reiteração constante de atos (performativos) que levam à crença de que certos enunciados ou formas de viver são “naturais”. Nas palavras da autora,

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

3. Práticas Discursivas, Performatividade e a Resistência do Movimento *Queer*

Dizer que o gênero é construído performativamente significa considerá-lo como efeitos em certas práticas discursivas. Este conceito, de acordo com Foucault (2000a), refere-se a uma forma de entender a linguagem como uma ação no mundo, como prática que, quando exercida, provoca efeitos à semelhança de qualquer outra ação. O filósofo francês adotou o termo para indicar que discursos não descrevem relações de saberes e poderes, mas são as condições de possibilidade para essas relações existirem. Nesta perspectiva, discursos não são compreendidos como redutíveis ao simples ato de falar; são entendidos como ações no mundo:

Discurso-ação são indissociáveis e formam um mesmo processo, que é a constituição de práticas que permitem a veiculação, criação e negociação de sentidos. Quando afirmo que discurso é prática, não estou me referindo à ação de falar, mas às motivações desse falar e suas conseqüências; em outras palavras, ao jogo de posicionamentos, negociações e estratégias que estão implicados em qualquer enunciado (MÉLLO, 2006, p. 66).

Práticas discursivas referem-se a processos de produção de modos de viver. Por isso, podemos utilizar gênero como práticas discursivas, pois nele nos posicionarmos nas relações cotidianas, fruto de condições sociais que possibilitaram sua emergência e funcionamento, não se referindo, portanto, a nenhuma “essência” ou “realidade” peculiar dos nossos modos de viver.

Neste caso, gênero não se constitui como a expressão de uma identidade preexistente, mas sim, como algo construído performativamente, ou seja, é construído na medida em que é vivido e praticado por cada pessoa. Com Butler (2003), podemos dizer que não há uma essência por trás das performances de

gênero que lhes sejam expressões ou externalizações, posto que as próprias performances, porque institucionalizadas, produzem o efeito de parecer algo natural: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performaticamente construída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Embasando-se nessa discussão, a autora afirma que é a repetição de atos performativos de construção de “identidades” de gênero heterossexuais que leva à ideia de que é essa a sexualidade “adequada”, a partir da qual os gêneros “masculino” e “feminino” se constituem. Ainda seguindo Butler (2003), essa discussão entre sexo e gênero é um efeito da sexualidade como regime normativo. A autora sustenta que é a partir da noção de gênero que cada pessoa é chamada a identificar-se com uma determinada identidade sexual como se esta correspondesse a uma suposta interioridade que sempre esteve ali. Podemos afirmar que o conceito de identidade assume um caráter jurídico-normativo, posto que, se alguma forma de expressão de gênero não se conformar às normas impostas culturalmente, ela é analisada como uma falha no desenvolvimento seja ela biológica ou moral. E é essa forma de viver humana que merece resistência.

Um dos desdobramentos das problematizações levantadas por Butler (2003) é o fortalecimento de estudos *queer*. Essa perspectiva se posiciona contra o conceito de gênero e todas as oposições acopladas a ele, como a distinção entre homem e mulher ou entre normal e anormal, por considerar que todas as identidades sexuais são igualmente “anormais”. Não se advoga por um padrão de normalidade que, de forma neutra, dite o que é certo ou errado. Dessa forma, o movimento *queer* segue em direção oposta às classificações tais como homo, hetero, bi ou transexual, defendendo que essas categorias carregam uma

enorme variação cultural e nenhuma delas é mais fundamental ou natural que a outra. Para seus autores e adeptos, *queer* significa colocar-se contra a normalização. Afirmam-se, então, como uma corrente anti-identitária por criticar qualquer política de identidade baseada na dualidade de orientação sexual, terminando por se expandir como um movimento que vai para além dos restritos muros acadêmicos, tornando-se um movimento político mais amplo.

Vale dizer que a perspectiva de Butler (2003), assim como a da teoria *queer*, é alvo de críticas procedentes de variados campos do saber. Parte do movimento feminista, por exemplo, especialmente de base marxista, teme a perda da “agência” a partir da noção performativa de gênero, pois com ela, perde-se a concepção de sujeito como centro organizador do gênero, implicando assim um potencial enfraquecimento das reivindicações pautadas em “políticas de identidade”. Também é alvo de críticas por parte de alguns psicanalistas que consideram incoerente a associação da performatividade do gênero à noção de inconsciente (PORCHAT, 2007). Há ainda outra crítica que versa sobre a ênfase no aspecto linguístico que a noção de performatividade parece atribuir. Neste caso, Rose (2001), por exemplo, afirma que uma pessoa se torna dotada de gênero não apenas ao ser conectada a vocabulários, mas também a regimes de conduta, a artefatos, a espaços e lugares etc.

Consideramos as observações de Rose (2001) apropriadas, e por isso citamos que a postura *queer* expandiu-se como um movimento que não se atrela a uma resistência simplesmente linguística. Trata-se de uma resistência a práticas de viver que, por se normalizarem, tornam-se compulsórias, como por exemplo, a heterossexualidade. A postura transgressora não está em ser algo, mas em impedir que esse algo se torne uma prática verdadeira que revela uma essência seja de si ou do outro. Assim,

de certa forma, discordamos da postura de Butler quando se atém ao conceito de gênero como performance na medida em que se repete, tornando-se hábito.

Não se trata apenas de uma repetição, mas determinada prática adquire o poder de se tornar um discurso verdadeiro, como prática discursiva, que produz uma verdade sobre si, que deixa de ser vivida como uma estética possível para tornar-se ordenamento jurídico, (norma, verdade), das relações de si consigo mesmo, ou de si com os outros: você é assim (homem, bicha, mulher, gay etc.), ou tal comportamento é característico de tal modo de viver (um homem que rebola ao andar é gay; mulher tem de cruzar as pernas ao sentar etc.).

Porém, a despeito dessas críticas e limitações que envolvem o movimento *queer*, o interessante a ressaltar é que a radicalidade dos questionamentos relativos à discussão entre sexo e gênero culmina na crítica da própria noção de “pessoa psicológica”, da ideia de uma suposta “interioridade” dos seres humanos. Ou seja, há uma crítica à noção de identidade, principalmente àquelas postulações mais tradicionais.

Nesse sentido, alguns autores podem trazer importantes contribuições a respeito da temática do gênero ao abandonarem o uso do termo identidade, já que este pode ser historicamente associado a posturas que adotam a noção de sujeito cartesiano. Em contraposição ao termo identidade e a todas as posições

essencialistas que carrega, alguns autores utilizam noções variadas como “modos de subjetivação”, “modos de ser”, “produção de subjetividade” etc. (FOUCAULT, 1995, 2006; GUATTARI, 2000; DELEUZE, 2006; entre outros)⁴.

⁴ É importante ressaltar que em nenhum momento esses autores trabalham com a noção de gênero, mas sim com produção de subjetividade como crítica à noção de sujeito moderno.

4. Subvertendo a Noção de Gênero: os modos de subjetivação como estética fluída de viver

Foucault (1995, 2006) evidencia no decorrer da sua obra a fragilidade da concepção de sujeito, conceito tão central para a filosofia moderna. No lugar do “eu” como categoria a priori e transcendental do conhecimento, o filósofo situa o ser humano no campo das condições históricas de sua produção, da tensão estabelecida nas relações de poder que possibilita modalidades de existência, de vida.

Birman (2005), ao analisar a obra foucaultiana, assinala que a desconstrução da filosofia do sujeito sempre esteve em pauta no projeto teórico de Foucault. Não por acaso as problemáticas da loucura, da linguagem, da punição e do erotismo foram escolhidas na linha de investigação construída por Foucault: elas colocavam em questão a tradição do sujeito moderno. Em vez de aceitar que o sujeito é uma entidade que preexiste ao mundo social, Foucault dedicou-se a pesquisar como se constituiu essa noção de sujeito, assim como a maneira pela qual nós nos constituímos como sujeitos modernos. No texto intitulado “O sujeito e o poder”, Foucault assim se manifesta:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Na obra foucaultiana não há uma “natureza humana”; há crítica a todo essencialismo e aos naturalismos que povoam a concepção moderna de sujeito. Para Prado Filho (2005), Foucault provoca um deslocamento do sujeito para a própria experiência histórica, coletiva, referindo-se a toda a multiplicidade de práticas

sociais. Neste caso, o foco de análise passa do sujeito para as práticas sociais.

Com efeito, partindo da obra foucaultiana, talvez seja mais apropriado falar em modos de subjetivação como prática de constituição de si (FOUCAULT, 1995; 2006) ou “produção de subjetividade” (GUATTARI, 2000), ou mesmo em “processos de subjetivação” (DELEUZE, 2006). Enquanto o termo “sujeito” remete a algo já dado, os processos de subjetivação perguntam, antes, pelas condições de produção do ser humano. Ou seja, são algumas condições de possibilidade que permitem o surgimento de determinados modos de subjetivação (entendidos como modos de viver). Para Guattari (2000), as condições de produção da subjetividade estão ligadas a fatores heterogêneos que, de forma transversal e não hierárquica, articulam-se para criar novas formas subjetivas. Entre essas condições de produção da subjetividade, o autor destaca:

Instâncias humanas intersubjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diversas naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que trabalham com o uso do computador, universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas... (GUATTARI, 2000, p. 20).

Percebe-se, assim, que Guattari (2000) opera a descentralização de uma interioridade psicológica em favor de uma noção de subjetividade dotada de complexidade, uma vez que leva em consideração uma multiplicidade de elementos (linguísticos, institucionais, sociais, culturais, de mídia) possíveis de inventar diversos modos de viver. A subjetivação é vista, pois, como fruto de agenciamentos sociais múltiplos. A relação do humano com a matéria – a natureza, os objetos, as máquinas – é uma relação não de formatação, mas de acoplamento, de composição. Oliveira (2005) comenta que a partir de Guattari, o ser humano passa a ser pensado

como um espaço de montagem contínua, como um efetivo processo de subjetivação; torna-se um artefato em constante engendramento: “o ser humano é um recurvar-se que cria uma interioridade aberta” (OLIVEIRA, 2005, p. 58).

Deleuze (2006) também faz uma crítica radical à imagem convencional da subjetividade. Frente à ideia de sujeito essencializado, dotado de uma identidade unitária, com contornos estáveis, o filósofo trilha outros caminhos, articulando a subjetivação como múltipla e heterogênea. Tem-se, então, uma genealogia da subjetividade, na qual os processos de subjetivação são analisados sem demarcar os limites de um eu enclausurado, mas concebendo-o como o efeito de uma operação que sempre se produz na exterioridade desse eu.

Para Deleuze (2006), a subjetivação é um processo que se constitui a partir da dobra do que está fora. Esta figura possibilita o abandono da imagem de um círculo em que a parte interna corresponde ao “eu” e a externa, ao “mundo”, pois a parte de “dentro” é o “fora” dobrado. O conceito desenvolvido por Deleuze escapa ao dualismo de uma exterioridade absoluta e de uma interioridade unificada, negando, assim, qualquer possibilidade de uma “identidade” essencialista. Como nos diz Oliveira (2005, p.59): “A ‘interioridade’ dobrada não é um ‘sistema psicológico’, mas uma superfície descontínua, um dobramento da exterioridade”. A partir dessa perspectiva, o ser humano passa a ser compreendido como uma obra-em-andamento.

A dobra compreendida como criação de possibilidades de existência adquire uma dimensão política, pois se torna instrumento para combater um determinado tipo de individualidade “imposta”. Assentar-se na cômoda segurança de uma identidade é um obstáculo que impede a produção da novidade (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001). Assim, este conceito permite entender as vicissitudes que afetam os estudos sobre gênero, pois enfrentam contradições para fazer política com a identidade, ou seja, para

reivindicar identidades modernas de caráter essencialista e, dessa forma, acabam favorecendo novos mecanismos de exclusão. A concepção da subjetividade como dobra propõe outra forma de política:

uma política que renuncia ao esquema opressão/libertação/ identidade e que busca criar novas formas de experimentar e de sentir, afirmando a diferença, a variação, a metamorfose, como formas de resistência a duas formas atuais de sujeição: uma, que consiste em individualizar-nos de acordo com as exigências do poder; a outra, que nos vincula, nos ata a uma identidade sabida e conhecida e à qual devemos responder (DOMENÈCH; TIRADO; GÓMEZ, 2001, p. 134).

Fazendo um paralelo aos argumentos de Avelino (2011) contrários a um “ecletismo ingênuo” no campo epistemológico, argumentamos a favor de que não se trata de unicamente defender o direito (normalização jurídica) de alguém viver certa estética de existência, que revelaria o “ecletismo ingênuo”. Parafraseando Avelino (2011), qualquer coisa como um liberalismo de gênero ou a sua democratização (o direito a ser homossexual, bissexual, transexual, heterossexual, polisssexual ou homem, mulher, travesti etc.), é tão ou mais perigoso quanto a sua restrição binária (hetero X homo; homem X mulher): “o que está em jogo não é a censura ou a aceitação do discurso verdadeiro, mas o poder da verdade e de seus efeitos sobre a subjetividade” (AVELINO, 2011, p. 36). A postura de resistência que propomos se refere a negar a substância de verdade a qualquer a estética de existência. Assim, devemos ter uma pergunta guia: ao estudarmos/pesquisarmos a mulher (ou o homem, a criança, a travesti etc.), ou a nos subjetivarmos como mulher (ou como homem, criança, travesti etc.) não estamos admitindo a sua existência essencial? Não estamos admitindo que preexista um gênero/sexo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a diferença entre permanecer na discussão sobre a noção de gênero e identidade e ousar assumir a noção de modos de subjetivação e entender gênero como uma relação completamente fluída. De um lado há um discurso atrelado, em maior ou menor grau, a uma possível interioridade, essência e quase materialidade psicológica ou a uma determinada coerência entre as determinações biológicas e culturais na formação de modos de viver das pessoas (estéticas de existência). De outro, há uma negação de qualquer essência, inserindo-se, assim, em um campo onde as pessoas são construídas a partir de subjetivações ao longo das relações sociais estabelecidas. Neste caso, a noção de interioridade, de identidade ou de gênero se dispersam em estratégias de regularização de condutas, em dobras que possibilitam uma determinada maneira de se relacionar consigo mesmo.

O presente artigo se iniciou com uma frase de Scott (1995) que faz referência à noção de homem e mulher como vazias e transbordantes. Finalizamos agora com Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, mostrando que a vida, a existência, tende ao excesso, ao extravasamento. Não são raras as vezes que temos a impressão de que há poetas que questionam a vida de forma tão importante quanto grandes mestres acadêmicos.

*Sou um formidável dinamismo obrigado ao equilíbrio
De estar dentro do meu corpo, de não transbordar da minh'alma.*

*Ruge, estoura, vence, quebra, estrondeia, sacode,
Fremente, treme, espuma, venta, viola, explode,
Perde-te, transcende-te, circunda-te, vive-te, rompe e foge,
Sê com todo o meu corpo todo o universo e a vida,
Arde com todo o meu ser todos os lumes e luzes,
Risca com toda a minha alma todos os relâmpagos e fogos,
Sobrevive-me em minha vida em todas as direções!*

Álvaro de Campos (2005, p.398).

REFERÊNCIAS

- AVELINO, Nildo. Apresentação: Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Organização de Nilo Avelino. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- BIRMAN, Joel. A psicanálise e a filosofia do sujeito: uma leitura do discurso teórico de Foucault. In: SOUZA, Pedro de; FALCÃO, Luís Felipe. *Michel Foucault: perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. O sexo segundo Laqueur. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200105.htm>>. Acesso em: 20 set. 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.
- DOMENÈCH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucia. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomás Tadeu. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (Organização e Tradução Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2000a.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir* (Tradução de R. Ramalhete) (27 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2), p.185-206, jul./dez. 1995.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v.9, n.º.2, p. 541-553. 2001.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (15 ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

MÉLLO, Ricardo P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. In: *Psicologia & Sociedade*, 24 (1), 197-207, 2012

MÉLLO, Ricardo P.; SILVA, Alyne A.; LIMA, Maria Lúcia C.; DI PAOLO, Angela F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. In: *Psicologia & Sociedade*, 19 (3): 26-32. 2007.

MÉLLO, Ricardo P. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social: a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.112, p. 137-153, mar. 2001.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Tecnologia e subjetividade: a questão da agência. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.17, n.º. 1, p. 56-59, jan-abr. 2005.

PENA, Maria Valéria Junho; CORREIA, Maria C. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPIA; Banco Mundial, 2003.

PESSOA, Fernando. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 2005.

PORCHAT, Patrícia. Respirar, desejar, amar e viver: luta contra as normas que restringem as condições básicas da própria vida. *Revista Cult*, São Paulo, n. 118, ano 10, out. 2007.

PRADO FILHO, Kleber. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: SOUZA, Pedro de; FALCÃO, Luís Felipe. *Michel Foucault: perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, v.20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SILVA, Alyne. A.; MÉLLO, Ricardo. P. Subjetivação e governamentalidade: questões para a Psicologia. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23 – n. 2, p. 367-388, maio-ago. 2011.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto alegre, EDPUCRS, 2004.

VITORES, Anna; DOMÈNECH, Miquel (2007). Tecnología y poder. Un análisis foucaultiano de los discursos acerca de la monitorización electrónica. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 8(2), Art. 2, 2007. Disponível em: < <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/250/552>>. Acesso em: 28 maio. 2008.